

Edição v. 37
número 1 / 2018

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 37 (1)
abr/2018-jul/2018

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

Tempo e Narrativa na Amazônia Paraense: o plebiscito no Pará pela perspectiva do “Espaço do Leitor”

Time and Narrative in The Pará Amazon: the plebiscite in Pará through the perspective of the “Reader’s Space”

THAIS LUCIANA CORREA BRAGA

Doutoranda em Ciências da Comunicação na Universidade do Minho, Braga, Minho, Portugal. Jornalista pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Portugal. E-mail: thaislcbraga@gmail.com. ORCID: 0000-0002-2505-7367.

ALDA CRISTINA SILVA DA COSTA

Pós-doutoranda em Comunicação, Linguagens e Cultura da Universidade da Amazônia (UNAMA). Professora do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil. E-mail: aldacristinacosta@gmail.com. ORCID: 0000-0002-8430-5703.

LÍDIA KAROLINA DE SOUSA RODARTE

Mestre em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil. E-mail: lidiakarolina@gmail.com. ORCID: 0000-0002-5331-1860.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

BRAGA, Thais Luciana Correa; DA COSTA, Alda Cristina Silva; RODARTE, Lídia Karolina de Sousa. Tempo e Narrativa na Amazônia Paraense: o plebiscito no Pará pela perspectiva do “Espaço do Leitor”. Contracampo, Niterói, v. 37, n. 01, pp. 130-149, abr. 2018/jul. 2018.

Enviado em 31 de agosto de 2017 / Aceito em 12 de abril de 2018

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v37i1.1069>

Resumo

O artigo objetiva identificar e compreender a configuração narrativa sobre o plebiscito no Pará a partir do “Espaço do Leitor”, seção de cartas publicada no jornal *Diário do Pará*. Pela perspectiva de Paul Ricoeur, a configuração narrativa está relacionada ao caráter temporal da existência humana. Adotamos a postura teórica ricoeuriana e seus estágios da *mímeses* na pré-compreensão da narrativa e a técnica de análise da comunicação, proposta por Motta (2013), como configuração da intriga. A partir da amostra formada por 16 cartas dos leitores, observamos que o ponto de vista desenvolvimentista, associado a enquadramentos emocionais e políticos, estruturaram as narrativas sobre a criação dos estados de Carajás e de Tapajós.

Palavras-chave

Cartas do leitor; Diário do Pará; Amazônia paraense; comunicação narrativa; plebiscito no Pará.

Abstract

The article aims to identify and understand the narrative configuration about the plebiscite in Pará from the “Reader’s Space”, section of letters published in the newspaper *Diário do Pará*. From Paul Ricoeur’s perspective, the narrative configuration is related to the temporal character of human existence. We adopt Ricoeur’s theoretical posture and its stages of *mimesis* in the pre-comprehension of the narrative and the technique of analysis of communication, proposed by Motta (2013), as configuration of intrigue. From the sample of 16 reader’s letters, we observed that the developmental point of view, associated with emotional and political frameworks, structured the narratives about the creation of the states of Carajás and Tapajós.

Keywords

Reader’s letters; Diário do Pará; Pará Amazon Pará; narrative communication; plebiscite in Pará.

Considerações iniciais

Sobre cartas, o romancista Raymond Chandler afirma, em “Poema para Cissy”, que elas não morrerão, esperando pelo estranho que virá lê-las, cuidadosamente, página por página; lentamente, emergindo da névoa do tempo e da mudança; desafiador, pelo correr dos anos. Como estranhos, colocamo-nos com o objetivo de identificar e compreender a configuração narrativa sobre o plebiscito no Pará a partir da “Espaço do Leitor” – seção de cartas regularmente publicada, até 2016, no jornal impresso *Diário do Pará*, que faz parte de um dos principais grupos político-comunicacionais da Amazônia: a Rede Brasil Amazônia (RBA).

A configuração narrativa está diretamente relacionada ao caráter temporal da existência humana. Para Paul Ricoeur (2010, p. 93), “o tempo torna-se humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal”. Nessa perspectiva, a narrativa traz em si a função mediadora da intriga, chamada pelo filósofo de concordância-discordância, capaz de transformar acontecimentos ou incidentes individuais em uma história tomada como um todo.

O plebiscito no Pará, realizado em 11 de dezembro 2011, consultou os eleitores paraenses acerca da criação dos Estados de Carajás e de Tapajós a partir da divisão territorial do Estado do Pará. A maioria das respostas – em torno de 66% dos votos válidos, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – foi negativa a ambas as perguntas. Iniciativas divisionistas na Amazônia ocorrem há quase 30 anos como resposta da sociedade local à malha programada pelo governo federal. As cartas dos leitores tornam-se, portanto, gênero privilegiado para a análise de narrativas construídas coletivamente sobre o Pará e sobre a Amazônia.

Adotou-se como fio condutor o círculo hermenêutico ricoeuriano – não numa perspectiva mecanicista, mas, sim, a fim de compreender o agir humano –, constituído por três estágios da *mimesis*. A *mimesis* I imita ou representa a ação, em primeiro lugar, para pré-compreender o que é o agir humano – sua semântica, sua simbólica, sua temporalidade. A *mimesis* II trata-se da dimensão configurante, que transforma os acontecimentos em história. A *mimesis* III propõe uma intersecção entre o mundo do texto e o mundo do leitor.

Para contemplar a *mimesis* I, pelo aspecto estrutural, discutimos as características do *Diário do Pará* como um dos principais meios de comunicação da Amazônia, apontado pela Associação Nacional de Jornais (ANJ) como tendo, em 2015, a 34º maior média de circulação entre os impressos do País, bem como diretamente vinculado ao senador da República Jader Barbalho, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); pelo aspecto simbólico, refletimos sobre

as cartas dos leitores como parte de um sistema de resposta social, que produz uma interatividade social ampla, diferida e difusa (BRAGA, 2006, p. 27) e que coloca em perspectiva diferentes enunciados narrativos construídos a partir da experiência; pelo aspecto temporal, consideramos a formação dos territórios de Carajás e de Tapajós a partir da ideia de desenvolvimento na Amazônia. Para contemplar a *mímesis* II, utilizamos os movimentos da análise da comunicação narrativa (MOTTA, 2013). Observamos o mês de dezembro de 2011, do qual extraímos amostra com 16 cartas publicadas na “Espaço do Leitor”, cujo tema principal foi o plebiscito no Pará. Por fim, a *mímesis* III adveio do compartilhamento de uma nova experiência por meio da linguagem.

Diário do Pará: o jornal de Jader Barbalho

Castro (2012, p. 180) situa a RBA, responsável pela produção do jornal *Diário do Pará*, como um dos cinco grupos político-comunicacionais mais importantes da Amazônia. Os demais são as Organizações Romulo Maiorana (ORM), responsáveis pelo concorrente *O Liberal*, também no Estado do Pará; a Rede Amazônica e a Rede Calderaro de Comunicação, conhecida como *A Crítica* – ambas no Estado do Amazonas; e as Organizações Jaime Câmara (OJC), sediadas no estado do Tocantins.

Fundado em 22 de agosto de 1982, o *Diário do Pará* subsidiou a candidatura de Jader Barbalho (PMDB) ao governo do Estado contra o candidato apoiado pelo jornal rival, *O Liberal*. Veloso (2008, p. 82) explica que, ao longo dos anos 1960 e 1970, Jader havia liderado a oposição local ao regime militar como dirigente estudantil, vereador e deputado do então Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Nas eleições de 1982, venceu o pleito como o jovem político destemido diante do poder ditatorial, comprometido com as mudanças pelas quais o Pará clamava, uma vez que *O Liberal* se consolidou pelo apoio aos governos de situação e, portanto, não oferecia resistência aos governos militares.

Desde sua criação, o *Diário do Pará* coloca-se em disputa com *O Liberal*. O cenário trata-se do “maior caso de rivalidade jornalística na história do Pará” (PINTO, 2007), uma vez que não se trata, apenas, de uma disputa comercial e editorial: por divergência política, um procura destruir o outro. Ainda de acordo com Veloso (2008, p. 83), a resposta das ORM à ascensão político-comunicacional de Jader Barbalho configurou-se na intimidade, cada vez maior, com os adversários do ex-governador na política local. Alguns, de antigos aliados, passaram a usar *O Liberal* para atacar publicamente Jader Barbalho. A compensação era feita por meio da publicidade oficial. A aliança mais duradoura das ORM com um grupo político

paraense forjou-se de 1994 a 2006, com a conquista do executivo estadual pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Foram 12 anos de íntima associação entre os tucanos e os Maiorana, mantida por intensa propaganda do governo do PSDB nos jornais e emissoras de rádio e TV do grupo. (...) Competência, modernidade e probidade foram sinônimos dos atos do PSDB na cobertura jornalística das ORM. (VELOSO, 2008, p. 84)

Para a autora, a busca pela profissionalização, ao longo dos anos, não afastou o *Diário do Pará* de sua principal característica: a de ser um jornal de campanha, destinado, em última análise, a defender os interesses privativos da família e dos aliados de Jader Barbalho. Isso faz com que nele predomine o estilo caluniador, sempre que não houver fatos a serem usados contra os adversários. No entanto, desde 2002, está em curso uma política agressiva de investimentos e de *marketing* no *Diário do Pará*, fazendo com que o jornal ganhe espaço no mercado local e, conseqüentemente, expressão política, “construindo uma situação polarizada de concorrência [com *O Liberal*] que, embora não gere qualidade de conteúdo, tem o efeito de criar agendas locais próprias” (CASTRO, 2012, p. 182).

O *Diário do Pará* conta com 29 sucursais no interior paraense, atuando em Belém e em outros 100 dos 144 municípios do Estado. Com tiragem média de 28 mil exemplares, tornou-se o principal veículo da RBA, “utilizado, frequentemente, para divulgar ações políticas de seus proprietários e de seus familiares, assim como para o embate entre o grupo RBA e as Organizações Romulo Maiorana” (PINTO, 2017, p. 130). Para Aguiar (2016, p. 168), a RBA trata-se do caso típico de uma empresa familiar “liderada por um político influente, que vê a comunicação mais como um meio de barganha nas relações de poder local-regional do que como uma atividade-fim”.

Na avaliação de Pinto (2013), o *Diário do Pará* mantém sua filiação ao Instituto Verificador de Comunicação (IVC) para se diferenciar do concorrente *O Liberal*, que não se submete a qualquer auditoria de circulação desde que foi comprovada fraude nos números apresentados ao Instituto. Entretanto, o jornal da RBA não divulga dados apurados pelo IVC, apenas informações do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) – que mede audiência, e não vendagem.

Observamos, por conseguinte, que os grupos de comunicação do Pará, RBA e ORM, mantêm o jornalismo impresso, por meio do *Diário do Pará* e de *O Liberal*, respectivamente, como “verdadeiros bastiões econômicos de sua influência política”, utilizando-os “em toda forma de chantagem a empresas e ao poder público para se capitalizar” (CASTRO, 2013, p. 441). Para o autor, o jornalismo

impresso paraense constitui um modelo de propaganda, porque atinge as camadas médias da população e, também, as elites locais. Portanto, tornam-se instrumento de barganha política, considerando que têm mais autonomia para decidir a cobertura dos fatos, assim como o enfoque das narrativas.

Cartas dos leitores: de respostas sociais a enunciados narrativos

As cartas dos leitores fizeram parte da estrutura do *Diário do Pará* até 26 de agosto de 2016, quando o jornal passou por reformulação e aderiu a nova forma de organização do conteúdo. Intitulada “Espaço do Leitor”, a seção de cartas era publicada, diariamente, na metade superior da página A2 do caderno principal do jornal. A metade inferior era ocupada por uma coluna de opinião, bem como pelo expediente do periódico. A média de publicação era de quatro cartas dos leitores por edição, além de uma fotografia sob o título “Cenas da Cidade”.

Eram informados, ainda na seção de cartas dos leitores, o endereço, o e-mail e o telefone para colaborações, bem como as instruções – mensagens objetivas, com ou sem fotos, contendo até 10 linhas em espaço 12, com nome, endereço completo e telefone. Quando se tratava de acusações e/ou denúncias, o *Diário do Pará* exigia que fosse reconhecida firma, bem como se reservava no direito de publicar as colaborações na íntegra ou resumidas, além de se isentar da responsabilidade em caso de questões de natureza jurídica.

A carta do leitor classifica-se como um subgênero do gênero carta ao editor, uma vez que o editor é o receptor das cartas, bem como o agente responsável por sua edição e publicação. Entendemos gêneros não apenas como especialização jornalística, mas, também, como uma forma típica do enunciado. Bakhtin (2016, p. 52) define gêneros como situações típicas da comunicação discursiva, isto é, correspondem a alguns contratos típicos dos significados das palavras com a realidade concreta em circunstâncias típicas; trata-se de enunciado, e não da língua.

Para Corrêa (2014, p. 136), a carta do leitor possui a característica própria de ser ausente de contato imediato entre o destinador e o destinatário, além da capacidade de articular os fatos que não coincidem com seu momento de eclosão, recuperando ângulos de observação do outro lado do fluxo jornalístico: o do receptor, o da coletividade. Na avaliação da autora, a participação do leitor, por meio de cartas, é passiva, abstrata e indireta. Caracteriza a carta do leitor como “um espaço democrático onde o leitor pode contribuir mesmo que sendo bastante restrito” (CORRÊA, 2014, p. 139). Considera, ainda, que o mais importante, para os leitores, é a própria manifestação, a expressão, o desabafo estampado na carta.

Segundo afirma, os leitores escrevem cartas aos jornais pela satisfação em participar.

De modo diferenciado, em uma perspectiva interacional, Braga (2006, p. 133) explica que as cartas dos leitores se tratam de um espaço em que o leitor e o jornalista podem cotejar perspectivas sobre os acontecimentos sociais, em que os leitores falam com o jornal, no jornal e, eventualmente, sobre o jornal. Para o autor, as cartas dos leitores são um exemplo do que chama de sistema de resposta social – que consiste num sistema de circulação diferida e difusa (entre pessoas, grupos e instituições), que impregna e parcialmente direciona a cultura, a partir de sentidos produzidos, inicialmente, pelos meios de comunicação.

Uma vez completada a processualidade mais diretamente “econômica” (ou comercial) do processo, do “fazer chegar”, os produtos não são simplesmente “consumidos” (no sentido de “usados e gastos”). Pelo contrário, as proposições “circulam”, evidentemente trabalhadas, tensionadas, manipuladas, reinseridas nos contextos sociais mais diversos. (...) O sistema de circulação interacional (...) não se faz apenas como “escolher e acolher” segundo critérios culturais anteriores, mas gera um trabalho social dinâmico: respostas (BRAGA, 2006, p. 28).

O autor explica que a interatividade das cartas dos leitores se revela quando os seus autores falam ao jornal; reagem a alguma posição que o tocaram, positiva ou negativamente, como indivíduo ou como parte de um grupo. “Há, portanto, um objetivo de se expressar para o jornal e, através deste, para o público” (BRAGA, 2006, p. 145). Os polos em interação configuram-se como sujeitos interlocutores, inscritos num contexto situacional, os quais são, também, sujeitos em experiência, que afetam e são afetados pela copresença e pela mediação simbólica (FRANÇA, 2006, p. 84). A pesquisadora reforça que a experiência no mundo não é desprovida de referências, isto é, dá-se a partir de um conhecimento prévio – aquilo que Goffman (2012, p. 34) chama de enquadramento: a elaboração de situações de acordo com os princípios de organização que governam os acontecimentos sociais e o envolvimento subjetivo neles; os elementos básicos que se consegue identificar; a organização da experiência.

Bakhtin (2016, p. 35) afirma que a alternância entre os sujeitos interlocutores caracteriza o enunciado como unidade da comunicação discursiva. Segundo o autor, o critério de conclusibilidade do enunciado trata-se da possibilidade de responder a ele, ou seja, em termos mais precisos e amplos, de ocupar em relação a ele uma posição responsiva. A totalidade do enunciado determina-se pela abrangência e pela interpretação da intenção discursiva ou da vontade de produzir sentido por parte dos interlocutores.

Todo enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva. É a posição ativa do falante nesse ou naquele campo do objeto e do sentido. Por isso cada enunciado se caracteriza, antes de tudo, por certo conteúdo semântico-objetal. (BAKHTIN, 2016, p. 46).

Ainda de acordo com o autor, a experiência discursiva individual do interlocutor forma-se e desenvolve-se em interação constante e contínua com os enunciados individuais dos outros. Trata-se do processo de assimilação, mais ou menos criador, com graus variados de alteridade e de assimilabilidade, de aperceptibilidade e de relevância, das palavras dos outros. Os interlocutores assimilam, reelaboram e/ou reacentuam outros enunciados. Significa dizer que todo enunciado corresponde a uma resposta a enunciados precedentes: rejeita-os, confirma-os, completa-os, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo leva-os em conta.

Entendemos, portanto, que as cartas dos leitores carregam, em si, enunciados narrativos, os quais colocam as coisas em relação umas com as outras, em uma ordem e perspectiva, em um desenrolar lógico e cronológico (MOTTA, 2013, p. 89). Para o autor, as narrativas não são construídas ingenuamente, mas, sim, configuram-se como uma atitude argumentativa; um dispositivo de linguagem persuasivo, sedutor e envolvente com o objetivo de obter certos efeitos de sentido. Em França (2006, p. 61), as narrativas representam práticas ordenadoras de sentido; intervenções concretas, em contextos específicos, desenvolvidas por sujeitos – os quais estão inseridos ou fazem parte de um processo mais amplo, que são os processos comunicativos.

Plebiscito no Pará: em busca do desenvolvimento da Amazônia

Nas propostas divisionistas, Carajás seria formado por 39 municípios do sul e sudeste paraense, os quais ocupam 24% do Estado. Tapajós seria composto por 27 municípios do oeste do Pará¹, o equivalente a 59% das terras estaduais. Ao Pará, remanesceriam 78 municípios – 17% do atual Estado (BRAGA, 2015, p. 46). A consulta pública, conhecida como plebiscito no Pará, foi autorizada pelos decretos legislativos nº 136/2011 e nº 137/2011 e trata-se da primeira iniciativa de reorganização territorial após a instituição da Carta Magna, em 1988. Até então, a formação ou a extinção de novos estados brasileiros era prerrogativa da União.

¹ Na explicação de Dutra (1999, p. 12), “o tradicional Baixo Amazonas paraense compreende a zona que se estende de Almeirim até os limites com o Estado do Amazonas, abrangendo também os municípios existentes na calha do rio Tapajós. O chamado Oeste do Pará amplia-se para incluir os novos municípios criados recentemente, sob a influência das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá, fora, portanto, do eixo fluvial que direcionou a colonização histórica”.

Os territórios de Carajás e de Tapajós, ainda que não tenham se constituído como unidades federativas, evidenciaram a fragmentação da Amazônia em unidades sub-regionais constituídas pela sociedade local. Becker (1996, p. 97) explica que o rompimento das divisões administrativas oficiais resulta do conflito entre a malha programada, ou técnico-política, das grandes redes e territórios impostos pelo Estado e a malha sociopolítica, construída pelo espaço vivido dos grupos sociais que concretamente se instalaram na fronteira amazônica, definindo, também, seus territórios.

De acordo com Dutra (1999, p. 115), a demanda por autonomia político-administrativa de Carajás e de Tapajós, amiúde, responsabiliza o poder central, representado pelo governo do Pará, pela situação de abandono vivida nos municípios paraenses – principalmente, os mais distantes de Belém. O abandono, nesse sentido, refere-se a quadros de pobreza e de “atraso”, isto é, do subdesenvolvimento ao qual o interior do Pará foi submetido por “sucessivos governos paraenses”, o que impede a região de cumprir o seu destino, sua ‘predestinação’, algo que tem necessariamente que acontecer, um encontro com a História e que reluta em concretizar-se” (DUTRA, 1999, p. 125).

Observamos que o desenvolvimento está associado ao que Becker (2001, p. 135) chama de economia de fronteira, que considera o progresso na Amazônia como sinônimo de crescimento econômico e de prosperidade infinitos a partir da exploração dos recursos naturais percebidos, igualmente, como infinitos. Uma das principais consequências da economia de fronteira é a alteração drástica do tempo e do espaço. As relações que se davam, na Amazônia, por via fluvial e que demoravam dias e/ou meses passaram a ser contadas por horas.

No contexto amazônico, mais do que oposto à capital, o interior refere-se ao mundo rural, embora inclua vilas e povoados. Para Paes Loureiro (1995, p. 56), interior é o lugar das tensões próprias dessa sociedade onde os grupos humanos estão dispersos ao longo de extensos espaços e onde se acham mergulhados numa ideia vaga de infinitude, mais num tempo congelado do que num espaço contemporâneo. Dutra (1999, p. 225) afirma que há um sentimento de inferioridade nas elites do interior do Pará em relação a Belém, de forma que a superação dessa inferioridade passa pela divisão territorial e, conseqüentemente, pelo reconhecimento da própria autonomia.

Como a Amazônia constituiu-se sob a soberania direta da coroa portuguesa, isolando-se não só dos demais centros urbanos brasileiros, como também da América Latina, consolidou-se a ideia de que as práticas amazônicas eram antigas, folclóricas e primitivas. Paes Loureiro (1995, p. 30) explica que a distância no espaço passou a ser entendida como distância no tempo: o isolamento que recobria

a Amazônia com o manto de mistério, distância e intemporalidade, que a impedia de intercambiar seus bens culturais, contribuiu para que se acentuasse sobre ela uma visão folclorizante e primitivista.

Para romper com a ideia de atraso, as elites de Carajás e de Tapajós buscam demonstrar que os problemas sociais do interior somente terão solução com a instituição de um poder local, regional; um novo poder central com características de proximidade e de pertença (DUTRA, 1999, p. 116). Entre as principais motivações e interesses na divisão territorial do Pará, Andrade (2011, p. 25) identifica o desenvolvimentismo, segundo o qual há a necessidade de descentralizar os recursos públicos e de dinamizar, de forma mais consistente, os territórios subdesenvolvidos que, por não disporem de força política, acabam desassistidos pelo poder público. Esse discurso, somado ao das grandes dimensões territoriais dos Estados, é utilizado na maioria dos projetos que desejam a criação de novas unidades territoriais na Amazônia.

O componente econômico, presente na instância política, evoluindo dentro da história, torna-se fator relevante para a justificativa de criação dos estados de Carajás e de Tapajós. Dutra (1999, p. 226) afirma que não é mera coincidência que grupos políticos e empresariais do sul do Pará façam brotar um debate por autonomia para o território de Carajás, que sedia os mais expressivos investimentos dentre os chamados grandes projetos², concentrados em torno da realidade e do significado do Projeto Grande Carajás (PGC)³.

Na verdade, o sul do Pará destaca-se economicamente desde meados do século XIX, como retardatário em relação ao auge da borracha. Schmink e Wood (2012, p. 195) explicam que látex natural era extraído na área, mas, apenas durante o auge do comércio da borracha, ao final do século XIX, é que os seringueiros fundaram povoados às margens do médio Tocantins e ao longo dos rios Araguaia e Xingu. Quando o auge da borracha chegou ao fim, a castanha do Pará substituiu a borracha como principal produto de exportação do sul do Pará. Isso fez com que, ainda no início do século XX, os comerciantes de Marabá (que se

² Becker (1996, p. 63) explica que grandes projetos, também chamados de projetos de grande impacto, são aqueles patrocinados e/ou financiados em grande parte pelo Estado, cujo investimento é equivalente ou superior a um bilhão de dólares. Além disso, os grandes projetos caracterizam-se pela escala gigante da construção, da mobilização de capital e de mão de obra; pelo isolamento, pois é implantado, geralmente, como enclave – o que o dissocia das forças locais; pela conexão com sistemas econômicos mais amplos, de escala planetária, de que são parte integrante; e pela presença de núcleos urbanos espontâneos ao lado do planejado, que é a expressão da segmentação da força de trabalho, qualificada e não qualificada.

³ Proposto pela então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) – hoje, Vale S/A – e endossado pelo Estado, o PGC, ou “Carajazão”, objetivou a construção de um gigantesco corredor de exportação no Norte do país, em função da exaustão e do alto custo da exploração das jazidas de ferro em Minas Gerais, bem como da necessidade de diversificar a produção (BECKER, 1996, p. 67). Três grandes projetos integram o PGC: a Estrada de Ferro Carajás e a Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, além do Porto Ponta de Madeira, no Maranhão (MATTOS, 1996, p. 61).

candidatou à capital do Estado de Carajás) pressionassem o governo do Estado por autonomia política local.

Tapajós, cuja provável capital seria a cidade de Santarém, carrega o nome do rio homônimo, “a referência geofísica de um espaço tido como distante culturalmente por grupos de uma larga faixa do território que o movimento [pró-criação do Estado] espera tornar autônomo” (DUTRA, 1999, p. 151). O interesse em reservas minerais impulsiona, também, as propostas divisionistas do oeste do Pará. A partir dos anos 1980, consolidaram-se os investimentos na extração mineral em Porto Trombetas, município de Oriximiná, onde a Mineração Rio do Norte, um conglomerado de empresas nacionais e estrangeiras, extrai a bauxita (DUTRA, 1999, p. 227).

O autor enumera diversas iniciativas pró-criação do Estado do Tapajós que veem no desenvolvimento econômico a chance de alcançar a autonomia do oeste do Pará. Um exemplo é o Estudo de Viabilidade Econômica do Estado do Tapajós, publicado em 1996, que tenta mostrar que somente com a separação territorial do Estado do Pará será desabrochado o potencial econômico do Tapajós, pelo fomento à produção de café; pelo setor industrial; e pela superação da carência energética e o incremento dos meios de transporte, particularmente com a conclusão das obras da BR-163, conhecida como Santarém-Cuiabá – uma das principais rodovias de ligação com o Centro-Oeste do Brasil.

Análise da comunicação narrativa

Até aqui, a teoria de Ricoeur (2010) sobre tempo e narrativa ajudou-nos a observar a pré-compreensão do mundo da ação. Tratou-se de caracterizações gerais a fim de identificar – estrutural, semântica e temporalmente – a capacidade e a necessidade da ação de ser narrada. Para observar as mediações simbólicas da ação, isto é, o agenciamento dos fatos, a transformação de incidentes individuais numa história tomada como todo, recorreremos às técnicas da análise da comunicação narrativa, uma vez que a perspectiva ricoeuriana situa-se no plano filosófico.

A análise da comunicação narrativa trata-se de “uma técnica hermenêutica, uma técnica de interpretação dos discursos a respeito de uma realidade construída de fenômenos concretos e abstratos” (MOTTA, 2013, p. 124). Por esse entendimento, os discursos adquirem a instância de narrativa quando são observados como dispositivos argumentativos produtores de significados, cuja estruturação na forma de relatos obedece a interesses do narrador (individual ou institucional) em uma relação direta com o interlocutor/destinatário/audiência.

Motta (2013) tem como proposta uma metodologia de análise crítica dos processos de comunicação narrativa que evidenciam os planos da estória e da expressão. O autor propõe uma análise fenomenológica da narrativa com base em sete movimentos: 1) compreensão da intriga como síntese do heterogêneo; 2) compreensão da lógica do paradigma narrativo; 3) surgimento de novos episódios; 4) revelação do conflito dramático; 5) personagem: metamorfose de pessoa a persona; 6) estratégias argumentativas; e 7) metanarrativas. Não foram analisados todos os movimentos em todas as cartas selecionadas, mas, sim, privilegamos aqueles que pareciam mais evidentes, que mais se mostravam no interior da narrativa. Desse modo, buscamos costurar uma narrativa aparentemente fragmentada, construída por várias vozes, que, juntas, desenhavam um momento histórico que ocorria, então, no mundo da vida e que foi ressignificado pelos olhos dos narradores-leitores do jornal.

“Contra a divisão da nação papa-chibé”

A carta faz uso, logo no título, de uma expressão popularmente conhecida no Estado do Pará, que evoca um sentido regionalista: “papa-chibé”. Esta expressão faz referência ao paraense tipificado no imaginário, um paraense caboclo, que possui estreita relação com a farinha, um dos alimentos mais consumidos no Estado, assim como os demais derivados da mandioca, que dão origem à maior parte dos pratos típicos da região.

Junto com esse termo de cunho coloquial e regional, o narrador utiliza a palavra *nação*, chamando os habitantes do Estado de *nação papa-chibé*. Percebemos um apelo emocional do narrador direcionado ao ufanismo relacionado ao termo “nação”, assim como o sentido hiperbólico presente na tentativa de equiparar uma unidade federativa à nação inteira em si, portanto, o narrador toma a parte pelo todo. Para destacar a importância do plebiscito e valorizar o drama principal da narrativa, o narrador utiliza a expressão “definição do futuro da nação paraense”. Ao colocar a possibilidade de divisão do Estado como um marco definidor do futuro, percebemos a intenção de envolver o leitor no drama principal.

O narrador faz referência a algumas personas na narrativa da carta. A primeira delas consiste nele mesmo, que possui uma postura ativa na tessitura da intriga, visto que se posiciona como paraense ao fazer uso da expressão “como bom paraense”, deixando claro que é contra a divisão do Estado. As outras personas são evocadas de maneira próxima, informal e até carinhosa, a exemplo da expressão “filhos da terra” da qual o autor faz uso para nomear o paraense nativo. Outras duas personas tipificadas no imaginário amazônida, também evocadas pelo narrador, são o turista maravilhado e o paraense acolhedor, retratados no termo “gente hospitaleira”.

O narrador faz referência ao plebiscito como “festa da democracia”. Por meio da figura de linguagem comparação, evoca sentidos positivos em torno da palavra festa, que faz referência a um evento no qual as pessoas se divertem e se confraternizam. Portanto, apesar de se colocar contrário à divisão, indica que o fato de haver uma consulta pública para decidir a questão é uma solução positiva.

Como estratégia de convencimento, o narrador oscila entre os efeitos estéticos de sentido e efeitos de real. Percebemos essa oscilação no excerto “não gostaria de ver o nosso Estado dividido *por ressentimentos*”, no qual apela ao emocional do leitor, e depois no excerto:

Não acredito que a ideia da divisão seja a melhor solução, afinal de contas se assim o fosse outros Estados que foram criados por força de lei já seriam autossuficientes e outros bem menores como Sergipe, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas, deveriam ser bem mais desenvolvidos que o nosso. (DIÁRIO DO PARÁ, 2011)

Observamos, ainda, apelo à racionalidade do leitor, ao utilizar a comparação como recurso, demonstrando o insucesso de outras iniciativas semelhantes.

“Separar ou não, eis a questão!”

Aqui, o narrador afirma buscar uma postura isenta por meio da declaração “prefiro não manifestar uma posição, embora já tenha posicionamento definido”. Porém, na sua construção narrativa, deixa pistas claras do próprio posicionamento em relação à divisão do Estado e até da sua localização geográfica.

Ao optar pelo verbo *retalhar* no lugar do verbo *dividir*, para se referir à possível divisão do Estado do Pará, o narrador recorre à dramaticidade que o termo evoca, visto que *retalhar* significa partir em vários pedaços – e, quem o faz, em geral, não o faz de forma pacífica. Enquanto ação, há alusão à violência, afinal, é impensável retalhar algo com carinho. O termo, portanto, está intrinsecamente envolto em uma aura negativa. Já *dividir* possui ambivalência: quando se divide, se perde por um lado, porém, da mesma forma, se partilha. Entretanto, ao optar por *retalhar* a *dividir*, o narrador marca uma posição clara, mesmo dizendo explicitamente não pretender se posicionar.

O narrador finaliza a narrativa ao afirmando que sente orgulho *dessa terra* e que sabe das dificuldades de quem mora em Santarém e em Marabá. Por fim, apela diretamente os leitores, pedindo calma na hora de decidir. Fica claro, assim, que ele reside em nenhuma das duas cidades citadas. Ao afirmar saber das dificuldades de quem vive nessas regiões, opta por uma abordagem empática, como estratégia de se aproximar do leitor que mora em uma das duas cidades e que, possivelmente, é a favor da divisão do Estado.

O pedido de calma vem quase na forma de uma advertência/ameaça, uma estratégia que busca causar efeito estético de sentido e provocar um medo no

leitor. Afinal, a ausência de calma nas decisões pode levar a resultados negativos. É essa possibilidade de negativizar o futuro, escolhido na ausência da serenidade da decisão, que o narrador utiliza como forma de provocar temor.

Debate ajuda a esclarecer I

Percebemos, nessa narrativa, que o narrador se coloca em posição de superioridade em relação aos demais votantes do plebiscito, na medida em que encarna a persona do conselheiro, daquele que adverte e que indica um caminho. Coloca-se, ainda, em uma posição de enfrentamento, em oposição a pessoas da classe política, responsáveis pela gestão do Estado do Pará e seus municípios, bem como orienta os demais leitores a fazerem o mesmo: “cobremos com veemência, com a paixão que nos inflama agora. De outra forma, anotemos seus ‘nomezinhos’ para não nos enganarmos nas próximas eleições”. A narrativa possui um tom imperativo e produz um ponto de tensão entre o povo e a classe política, que são colocados em lados opostos do conflito.

Debate ajuda a esclarecer II

Aqui, percebemos um teor similar ao anterior, na qual os políticos assumem a persona do vilão, sendo retratados como gestores “sem fontes” e apaixonados pelo poder. O povo assume a persona do herói sofredor, que sofre as adversidades decorrentes das ações dos políticos. O narrador não utiliza dados, tampouco estratégias que produzam efeitos de realidade, todavia apela à emoção do leitor, ao se colocar numa posição de empatia no que se refere às demandas do Estado.

Por uma capital no centro do Pará

O narrador desta carta também se coloca em posição de superioridade em relação ao restante da população, ao utilizar a expressão “a sociedade menos esclarecida”. Ele marca sua própria posição de conhecedor dentro da tessitura da intriga, isto é, como aquele que vê as razões por que o conflito ocorre. A estratégia de contrapor herói (povo) e vilão (gestão municipal) é, da mesma forma, utilizada. O narrador explicita ser contra a divisão do Estado do Pará e faz uso de estratégias que apelam ao emocional do leitor, de forma a justificar seu ponto de vista. Utiliza termos que evocam empatia, porém contradiz a posição de superioridade do início da narrativa, ao chamar os demais votantes de *irmãos*.

Percebemos que o narrador coloca o povo em uma posição passiva diante da própria história, ao afirmar que ele “não sabe votar, que se deixa envolver pelos discursos da classe política”. Constrói, assim, uma persona que reforça uma figura presente no imaginário amazônida do período colonial, nomeada por Gondim (2007, p.60) de “bom selvagem”. Esta persona se aplicava, principalmente, ao indígena, que era retratado como incapaz de conferir racionalidade e sentido à própria vida (COSTA, 2011).

Sim, dividam o Estado!

Nesta narrativa, que, desde o título, se estrutura em defesa da divisão do Estado do Pará, utilizam-se enunciados que apelam ao emocional do leitor, com recursos que criam efeitos de sentido, especialmente, ao criar a metáfora de que a capital Belém é uma sanguessuga dos *futuros* Estados, os quais, na visão do narrador, querem “se ver livre desse parasita”. Outra estratégia de convencimento consiste em falar sobre a divisão como uma certeza futura. O enunciado narrativo trata os prováveis Estados de Carajás e de Tapajós como já existentes, portanto não trabalha com a incerteza, colocando o argumento, de antemão, do lado vencedor.

Quem vai se dar bem na divisão?

Apesar de reduzido em tamanho, esta narrativa expõe alguns elementos centrais dentro da grande narrativa tecida em torno da divisão do Pará. Seu objetivo principal é destacar e expor as personagens, na grande narrativa da divisão trabalhada pelo jornal e com os leitores, com os quais o narrador faz a interlocução. *Fazendeiros, políticos e empresários* são personificados como vilões, que vão tirar proveito de uma possível divisão territorial, e, ao mesmo tempo, situa o povo na figura do herói (não em um sentido positivo), pois o herói, na tragédia, é aquele que sofre as consequências das ações dos vilões.

Administrar é a solução

Assim como na carta anterior, o narrador coloca o governo e a classe política como antagonista da sociedade. Ao utilizar o termo *separatistas*, utilizando-o, inclusive, como vocativo, reportando-se diretamente aos “separatistas”, o narrador categoriza e enquadra um tipo de personagem dentro da narrativa e ao mesmo tempo demarca sua posição de não-separatista. Ele contrapõe os argumentos dos *separatistas* com argumentos que visam produzir efeitos do real. Para isso, faz alusão a matérias de jornais e a ações presentes no mundo da vida, fora do texto. Enquanto essas estratégias se desenrolam na narrativa, o narrador retoma o termo *separatistas* várias vezes ao longo do texto, de forma pejorativa, ressaltando que estes devem “pesquisar a corrupção” antes de decidir separar o Estado.

Portanto, percebemos que a carta é direcionada a um público específico, pois dialoga, diretamente, com quem é a favor da divisão do Pará, e não com todos os leitores. O narrador busca o convencimento por meio da estratégia de contraposição argumentativa.

Meu voto é pela divisão do Pará

Esta narrativa, que se posiciona favorável à divisão, utiliza um tom conciliador, na qual o narrador, mesmo afirmando ser de Belém, propõe aos leitores que se coloquem no lugar de quem é dos locais que estão distantes da

capital. Apesar de não mencionar diretamente o governo do Estado, a narradora sugere que os investimentos em saúde e educação não chegam até a população mais distante da capital Belém; portanto, como nas demais narrativas, esta também coloca a gestão pública como antagonista dos interesses da sociedade – argumento amiúde utilizado para apoiar a divisão territorial.

Plebiscito: O Pará todo em um dia de decisão 2

Esta narrativa denota, desde o início, a insatisfação do narrador, explicitada na expressão *infelizmente*, com a qual inicia a construção dos enunciados. O narrador critica a polarização criada entre as frentes políticas favoráveis e contrárias à divisão do Pará, as quais, segundo ele, não aprofundaram o debate acerca da questão. A estratégia argumentativa utilizada por ele é a de criticar e, em seguida, apontar alternativas para o futuro do Estado. Percebemos, dessa forma, uma racionalização da narrativa, que busca produzir efeitos de real, com argumentos que oscilam entre o racional e o emocional para convencer o leitor.

O narrador, ainda, faz uso da comparação, ao afirmar a necessidade de equiparar o desenvolvimento do Pará ao dos outros Estados, apelando ao argumento do progresso e da integração. Percebemos, também, um efeito de dramaticidade por parte do narrador, na escolha do uso da palavra *refém*, para explicar qual a situação do Pará em relação aos demais Estados do Brasil.

Regiões precisarão dizer não e não?

Publicada após a decisão do plebiscito, esta carta, talvez, seja a que mais antagoniza o governo e os políticos envolvidos nas campanhas contra a divisão do Estado. Um diferencial desta narrativa é que o narrador cita o nome das autoridades políticas envolvidas e busca dialogar com elas, visto que se reporta diretamente a esses interlocutores, como podemos perceber no excerto: “Chegou a hora de os políticos responsáveis pela campanha do Não (...) colocarem em prática...”.

O narrador também direciona sua narrativa à população que não foi às urnas e a que escolheu a abstenção, conforme o trecho: “A esses eleitores e também àqueles que infelizmente não votaram, fica aqui a minha proposta...”. Portanto, o narrador direciona-se a, no mínimo, dois interlocutores diferentes. Assume, da mesma forma, um tom de insatisfação que atravessa toda a sua narrativa e que passa tanto pelo nível de abstenção nas urnas, quanto pelo descaso que ele afirma perceber com a gestão pública do Estado do Pará. O narrador finaliza com um tom de ameaça aos políticos, que, ao seu ver, são figuras omissas na narrativa e que assumem, por isso, a persona de vilão. Ao povo, atribui poder de vencer a persona tipificada do vilão por meio das alternativas que ele sugere na própria narrativa.

Considerações finais

Pensar ou refletir a narrativa a partir da postura teórica de Ricoeur não é tarefa fácil, considerando que suas reflexões não se reduzem a modelos mecanicistas de compreensão da narrativa, mas, sim, à ação propriamente humana. Ou seja, as pessoas não são coisas e, antes, devemos pensar sobre o agir ou a ação humana. Portanto, ao refletirmos com os estágios da *mimesis*, observamos os diferentes aspectos das narrativas sobre o plebiscito no Pará construídas nas cartas dos leitores, publicadas no jornal *Diário do Pará*. Percebemos que os interlocutores, de fato, utilizam a experiência de vida, isto é, fazem enquadramentos para, depois, construir os enunciados narrativos. Isso diz sobre a cosmovisão construída coletivamente, também, a partir dos sentidos postos em circulação pelos meios de comunicação. Não à toa, o debate entre as frentes políticas favoráveis e contrárias à divisão do Pará, transmitido pela TV RBA, foi mencionado nas narrativas.

Ao escolher um enquadramento, selecionar vozes e estratégias para estruturarem os enunciados, os leitores buscam convencer, conduzir o público ao significado pretendido, que nunca é isento ou desinteressado, mas reflete um lugar de fala; sua própria voz e sua atuação no mundo da vida, onde ocorrem as ações que serão agenciadas para tecer a intriga. Com a análise da comunicação narrativa, buscamos alcançar os sentidos pretendidos pelos leitores e juntar as pistas deixadas nas entrelinhas dos enunciados narrativos. Esse percurso foi feito a partir de um guia, que consistiu em uma adaptação dos movimentos indicados por Motta (2013), inspirado na teoria ricoeuriana de interpretação e compreensão da intriga. Ao analisarmos cartas de diferentes leitores, percebemos uma narrativa fragmentada que, apesar de terem como fio condutor a temática comum, trouxeram à tona a história de cada leitor, suas próprias experiências, abordagens e estratégias.

Sobre o plebiscito no Pará, observamos a articulação de enquadramentos emocionais, políticos e desenvolvimentistas. Os interlocutores justificaram a necessidade de criação dos Estados de Carajás e de Tapajós para que o desenvolvimento chegasse ao interior do Pará, espaço oprimido pela capital, Belém. Em momento algum, entretanto, mencionaram a possibilidade de Belém não ser tão desenvolvida quanto se pensa. A perspectiva emocional, de que o Pará seria diminuído ou retalhado, tratou-se de uma estratégia para convencer os eleitores a votar contra a divisão do Pará. O mesmo aspecto emocional revelou-se quando, não aprovada a criação dos Estados, o narrador prometeu vingança nas eleições de

2012 e de 2014, não votando nos candidatos que se declararam contra a divisão do Pará.

O enquadramento político foi percebido quando os interlocutores apontaram nomes de atores políticos que se beneficiariam com a criação de Carajás e de Tapajós. A ocultação do nome de Jader Barbalho nas cartas dos leitores pode revelar uma edição intencional, já que a relação entre os meios de comunicação e os agentes políticos na Amazônia paraense é deveras estreita. Da mesma forma, quando se apontou o governo do Estado (PSDB) como algoz do interior do Pará, pode ter sido uma estratégia do jornal, como instância maior, para atacar o rival político. A consulta pública, de maneira geral, foi tratada como um complemento de legislação e, para tanto, necessitava de articulação de agentes políticos.

Da mesma forma, o gênero cartas dos leitores demanda mais estudos na área da Comunicação, haja vista a reduzida literatura sobre o assunto. Desde 2016, a seção “Espaço do Leitor” parou de ser publicada no *Diário do Pará*, deixando-nos o questionamento: seria a internet o único espaço possível para o redirecionamento dos sentidos construídos a partir da experiência coletiva? Em caso positivo, o cenário assusta, uma vez que o ciberespaço conjuga tanto a democratização da informação quanto a intolerância e o ódio a posicionamentos contrários. Na Amazônia, em especial, a internet sequer é acessível a grande parcela da população, o que torna o cenário ainda mais crítico. Se não for mais possível conjugar iguais e diferentes no mesmo espaço, ainda que no espaço de um jornal; se não for mais possível proporcionar encontros, enfrentamentos, ajustes; se as vozes sociais produzirem apenas ecos, em vez de diálogos, a Comunicação perde a razão de existir.

Referências

ADMINISTRAR é a solução. **Diário do Pará**, Belém, 07 dez. 2011. Espaço do Leitor. p. A2.

AGUIAR, Sônia. **Os territórios do jornalismo**: geografias da mídia local e regional no Brasil. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.

ANDRADE, Lúcia Cristina (coord.). **Estado do Pará**: (di)visões territoriais, perspectivas sociais, econômicas, financeiras e ambientais – discurso divisionistas. Belém: IDESP, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1996.

_____. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? In: **Parcerias estratégicas**, n. 12, set. 2001.

Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper28.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia**. São Paulo: Paulus, 2006.

BRAGA, Thaís Luciana Corrêa. **Nem eu, nem o outro; qualquer coisa de intermédio**: estudo exploratório de formas simbólicas sobre o plebiscito para a criação dos Estados de Carajás e de Tapajós. 2015. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/8924/1/Dissertacao_NemEuNem.pdf> Acesso 03 mar. 2018.

CASTRO, Fábio Fonseca de. Macrodinâmicas da comunicação midiática na Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas. Belém, v. 8, n. 2, p. 435-445, Mai.-Ago. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v8n2/13.pdf>>. Acesso: 19 ago. 2017.

_____. Sistemas de comunicação na Amazônia. **Revista Fronteira**: estudos midiáticos. v. 14, n. 3, p. 179-191, 2012. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2012.143.01>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

CHANDLER, Raymond. **Poema para Cissy**. Disponível em: <<http://bit.ly/2xy9F6V>>. Acesso em: 30 ago. 2017

CONTRA a divisão da nação papa-chibé. **Diário do Pará**, Belém, 01 dez. 2011. Espaço do Leitor. p. A2.

CORRÊA, Zulmar Teresinha Barbosa. A carta do leitor. In: BONINI, Adair et al. (orgs.). **Os gêneros do jornal**. Florianópolis: Insular, 2014.

COSTA, Vânia Maria Torres. **'À sombra da floresta'**: os sujeitos amazônicos entre estereótipo, invisibilidade e colonialidade no telejornalismo da Rede Globo. 2011. 290 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: <http://www.ppgcom.uff.br/uploads/tese_42_a7dabf28fe5ad42f1849b12255635474.pdf> Acesso em: 04 mar. 2018.

DEBATE ajuda a esclarecer I. **Diário do Pará**, Belém, 04 dez. 2011. Espaço do Leitor. p. A2.

DEBATE ajuda a esclarecer II. **Diário do Pará**, Belém, 04 dez. 2011. Espaço do Leitor. p. A2.

DUTRA, Manuel. **O Pará dividido**: discurso e construção do Estado de Tapajós. Belém: UFPA/NAEA/PLADES, 1999.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Sujeitos da comunicação, sujeitos em comunicação. In: GUIMARÃES, César; _____. **Na mídia, na rua**: narrativas do cotidiano. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2007.

- MATTOS, Maria Virgínia Bastos de. **História de Marabá**. Marabá: Grafil, 1996.
- MEU voto é pela divisão do Pará. **Diário do Pará**, Belém, 07 dez. 2011. Espaço do Leitor. p. A2.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.
- PAES LOUREIRO, João de Jesus. **Cultura amazônica: uma poética do imaginário**. Belém: Cejup, 1995.
- PINTO, Lúcio Flávio. A mesma origem dos jornais rivais. **Observatório da Imprensa**, 448, 28 ago. 2007. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/a-mesma-origem-dos-jornais-rivais/>>. Acesso em: 19 ago. 2017.
- _____. Os jornais fraudados. **Observatório da Imprensa**, 760, 20 ago. 2013. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/_ed760_os_jornais_fraudados>. Acesso em: 19 ago. 2017.
- PINTO, Pâmera Araújo. **Brasil e suas mídias regionais: estudos sobre as regiões Norte e Sul**. 1. ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017.
- PLEBISCITO: O Pará todo em um dia de decisão 2. **Diário do Pará**, Belém, 12 dez. 2011. Espaço do Leitor. p. A2.
- POR uma capital no centro do Pará. **Diário do Pará**, Belém, 05 dez. 2011. Espaço do Leitor. p. A2.
- QUEM vai se dar bem na divisão? **Diário do Pará**, Belém, 05 dez. 2011. Espaço do Leitor. p. A2.
- REGIÕES precisarão dizer não e não? **Diário do Pará**, Belém, 14 dez. 2011. Espaço do Leitor. p. A2.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa: a intriga e a narrativa histórica**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- SEPARAR ou não, eis a questão! **Diário do Pará**, Belém, 04 dez. 2011. Espaço do Leitor. p. A2.
- SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: ed.ufpa, 2012.
- SIM, dividam o Estado! **Diário do Pará**, Belém, 05 dez. 2011. Espaço do Leitor. p. A2.
- VELOSO, Maria do Socorro Furtado. **Imprensa, poder e contra-hegemonia na Amazônia: 20 anos do Jornal Pessoal (1987-2007)**. 2008. 317 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-27042009-115830/pt-br.php>> Acesso em: 03 mar. 2018.